

RECURSO ADMINISTRATIVO – JULGAMENTO DE PROPOSTA

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE MERCEDES
– PR**

Pregão Eletrônico nº 30/2026

Processo Licitatório nº 60/2026

UASG: 985531 – MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR

Lei nº 14.133/2021

RECORRENTE, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 65.583.334/0001-80, com Endereço na Rua 20 de Março, S/N, Planalto do Oeste, na cidade de Nova Santa Rosa, Estado de Paraná, que neste ato regularmente representado por seu Sócio Proprietário, Srº Daniel Tiago Fiedler, vem interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, pelas razões que passa a expor.

Recorrido: Julgamento da proposta do Item 4.

Licitante favorecido: DUDA COMERCIO LTDA PR – CNPJ 57.717.918/0001-73

I – SÍNTESE DOS FATOS

O presente procedimento licitatório tem por objeto a aquisição de equipamentos de informática, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

No que se refere ao ITEM 04, a licitante recorrida apresentou **apenas proposta comercial**, sem a devida juntada de **catálogo, ficha técnica ou qualquer documentação oficial do fabricante**, impossibilitando a verificação do atendimento às exigências técnicas do edital.

Ainda assim, sua proposta foi aceita e classificada, o que configura afronta direta às normas que regem o procedimento licitatório.

II – DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO OFERTADO

O Termo de Referência estabelece requisitos técnicos objetivos e verificáveis, cuja aferição depende da análise de documentação técnica idônea.

Entretanto, a licitante limitou-se a apresentar descrição genérica do produto, sem qualquer documento comprobatório que permita verificar o atendimento aos requisitos exigidos, tais como:

- Composição da memória RAM (6GB, sendo 4GB física + 2GB virtual);
- Tipo de tela (IPS);
- Capacidade real da bateria (4.000 mAh);
- Especificações das câmeras;
- Conectividade;
- Conformidade geral com o Termo de Referência.

A ausência de documentação técnica inviabiliza o julgamento objetivo da proposta, transformando a análise em mera presunção, o que é vedado pela legislação.

III – DA VIOLAÇÃO AO JULGAMENTO OBJETIVO E À VINCULAÇÃO AO EDITAL

Nos termos dos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o julgamento das propostas deve se dar com base em critérios objetivos e previamente definidos.

A aceitação de proposta desacompanhada de documentação técnica:

- Impede a verificação objetiva do atendimento ao edital;
- Compromete a isonomia entre os licitantes;
- Viola a vinculação ao instrumento convocatório.

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que a proposta deve conter todos os elementos necessários à sua análise.

Conforme o **Acórdão 1.793/2011 – Plenário**:

“A proposta deve conter todos os elementos necessários à sua análise, não sendo possível admitir complementações posteriores que alterem substancialmente seu conteúdo.”

No mesmo sentido, o **Acórdão 2.622/2013 – Plenário** dispõe:

“Deve a Administração desclassificar propostas que não atendam às exigências do edital.”

IV – DA IMPOSSIBILIDADE DE DILIGÊNCIA PARA SUPRIR AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO

A ausência de catálogo ou ficha técnica não pode ser suprida por diligência, uma vez que se trata de documento essencial à própria validade da proposta.

A diligência não se presta à inclusão de documentos inexistentes à época da apresentação da proposta.

Conforme entendimento do TCU no **Acórdão 1.214/2013 – Plenário**:

“É irregular a aceitação de proposta que não atenda às exigências do edital, ainda que sob o argumento de posterior regularização.”

Ainda, o **Acórdão 3.192/2016 – Plenário** estabelece:

“A diligência não pode ser utilizada para permitir a inclusão de documentos que deveriam constar originalmente da proposta.”

V – DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS ITENS OBRIGATÓRIOS

O Termo de Referência exige que o equipamento seja fornecido com:

- Case protetora;
- Fone de ouvido;
- Cabo USB tipo C;
- Carregador;
- Guia rápido.

Todavia, a proposta apresentada não comprova o fornecimento desses itens, inexistindo qualquer documentação que ateste sua inclusão.

Tal omissão caracteriza **incompletude material da proposta**, tornando o objeto ofertado incompatível com o edital.

VI – DA INVALIDADE DA PROPOSTA EM RAZÃO DO PRAZO DE VALIDADE INFERIOR AO EXIGIDO

O edital estabelece, em seu item 4.9.1, que o prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias.

Entretanto, a proposta apresentada pela Licitante favorecida indica validade de apenas **10 (dez) dias**, em flagrante desconformidade com o requisito editalício.

Trata-se de requisito objetivo, cuja inobservância compromete a segurança jurídica da contratação, uma vez que a proposta deixa de garantir a manutenção das condições ofertadas pelo período necessário à conclusão do certame.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que o descumprimento de condições estabelecidas no edital enseja a desclassificação da proposta, conforme já assentado no **Acórdão 1.793/2011 – Plenário**.

Entretanto, não se admite a correção posterior desse vício, por se tratar de elemento essencial da proposta.

VII – DA VIOLAÇÃO AO ART. 59 DA LEI Nº 14.133/2021

O art. 59 da Lei nº 14.133/2021 determina a desclassificação das propostas que não atendam às exigências do edital.

No presente caso, a proposta da licitante recorrida:

- Não apresenta documentação técnica mínima;
- Não comprova o atendimento às especificações;
- Não comprova os itens obrigatórios;
- Apresenta prazo de validade em desacordo com o edital.

Tais vícios impõem, de forma inequívoca, sua desclassificação.

VIII – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

- a) O conhecimento e provimento do presente recurso administrativo, para que seja reformada a decisão recorrida, com a consequente **desclassificação da proposta da Licitante favorecida para o item 4**, em razão da ausência de comprovação técnica, da incompletude do objeto e do descumprimento do prazo mínimo de validade da proposta;

- b) O regular prosseguimento do certame, com a reanálise das propostas remanescentes, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Nesses termos, pede deferimento.

Nova Santa Rosa – PR, 16 de abril de 2026.

65.583.334 DANIEL TIAGO FIEDLER
65.583.334/0001-80